

A extensão universitária como difusora de mecanismos de resolução de conflitos sociais em escolas públicas

Paula Renata Alves Abreu¹

Resumo: *O relato em voga tem como objeto o debate, em nível acadêmico, das tarefas executadas no bojo do projeto denominado "Mediação de Conflitos, Justiça Restaurativa e Cultura de paz em pauta no ambiente escolar", ligado à Universidade Estadual do Maranhão. A ação extensionista, selecionada por edital, foi concretizada em 2018 e 2019 por alunos do curso de Direito da aludida instituição, sob chancela de docente orientador. Ambicionando difundir a essência da administração extraprocessual de conflitos na educação básica, o objetivo central do projeto consistiu na popularização de valores e práticas relativos à mediação e à justiça restaurativa. Assim, para criar um ambiente pautado na cultura de paz e na tolerância, a equipe de trabalho, valendo-se de debates, slideshow e dinâmicas, promoveu diversos encontros em duas escolas públicas de São Luís/MA. Destarte, o projeto apurou bons resultados, haja vista as perceptíveis mudanças comportamentais do público-alvo após as intervenções realizadas.*

Palavras-chave: *Mediação de conflitos. Justiça restaurativa. Cultura de paz. Educação básica.*

Área Temática: *CDireitos Humanos.*

The university extension as a diffuser of social conflict resolution mechanisms in public schools

Abstract: *The current report has as its object the debate, on an academic level, of the tasks performed in the bulge of the project called "Conflict Mediation, Restorative Justice and Culture of Peace on the School Environment", linked to the State University of Maranhão. The extensionist action, selected by public notice, was carried out in 2018 and 2019 by students of the Law course of the aforementioned institution, under the seal of an advisory professor. With the ambition of spreading the essence of extra-procedural administration of conflicts in basic education, the project's central objective was the popularization of values and practices related to mediation and restorative justice. Thus, to create an environment based on the culture of peace and tolerance, the work team, using debates, slideshows and dynamics, promoted several meetings in two public schools in São Luís/MA. As a result, the project achieved good results, given the perceptible behavioral changes in the target audience after the interventions.*

Keywords: *Conflict mediation. Restorative justice. Culture of peace. Basic education.*

La extensión universitaria como difusora de los mecanismos de resolución de conflictos sociales en las escuelas públicas

Resumen: *El presente informe tiene por objeto el debate, en el plano académico, de las tareas realizadas en el marco del proyecto denominado "Mediación de conflictos, justicia restaurativa y cultura de paz en el entorno escolar", vinculado a*

¹ Bacharel em Direito pela Universidade Estadual do Maranhão. Bolsista da Pós-graduação em Direitos Humanos do Curso CEI/Faculdade CERS. Membro do Núcleo de Estudos em Processo Penal e Contemporaneidade (DGP/CNPq/UEMA). E-mail: paularnt10@hotmail.com

la Universidad Estatal de Maranhão. La acción extensionista, seleccionada por convocatoria pública, fue realizada en 2018 y 2019 por estudiantes del curso de Derecho de la mencionada institución, bajo el sello de un profesor asesor. Con la ambición de difundir la esencia de la administración de conflictos extraprocerales en la educación básica, el objetivo central del proyecto era la popularización de los valores y prácticas relacionados con la mediación y la justicia retributiva. Así pues, para crear un entorno basado en la cultura de la paz y la tolerancia, el equipo de trabajo, aprovechando los debates, las presentaciones de diapositivas y la dinámica, promovió varias reuniones en dos escuelas públicas de São Luís/MA. Como resultado, el proyecto obtuvo buenos resultados, dados los cambios de comportamiento perceptibles del público objetivo después de las intervenciones.

Palabras clave: *Mediación de conflictos. Justicia restaurativa. Cultura de paz. Educación básica.*

INTRODUÇÃO

Apropriando-se da afirmação do ilustre sociólogo Norbert Elias (2005), que considera que o processo de civilização dos homens ocorre para além dos ditames jurídico-políticos do Estado, as ações extensionistas ora divulgadas situaram-se precisamente num contexto escolar local onde se percebeu, através de olhar crítico-reflexivo, a necessidade de difusão de mecanismos extraprocerais de solução de conflitos. Somos, pois, efetivamente responsáveis pela edificação salutar do espaço onde nos inserimos.

Nesse ínterim, o projeto “Mediação de Conflitos, Justiça Restaurativa e Cultura de paz em pauta no ambiente escolar”, selecionado por edital da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis da Universidade Estadual do Maranhão, levando em consideração a aviltante crise de intolerância, violência e desrespeito às diversidades em todos os âmbitos sociais, variáveis constatadas no cotidiano moderno, pretendeu amplamente colaborar com a formação de indivíduos mais inclusivos e abertos ao diálogo. Almejou-se, portanto, a massiva construção de redes de conhecimento sobre os meios moderados de desenlace de controvérsias.

Em princípio, cumpre-nos esclarecer que a Justiça Restaurativa (JR) se afigura como um meio pacífico, humano e eficaz para dirimir controvérsias entre pessoas. Possibilita, pois, o envolvimento direto e atuante das partes nas tomadas de decisões. Assim, todos os partícipes serão beneficiados na justa medida de seus atos e, no decorrer do processo restaurativo, observar-se-ão direitos, obrigações e responsabilidades inerentes a cada um. Portanto, é fato incontestante que a Justiça Restaurativa e suas técnicas reduzem o choque e as consequências do episódio nocivo (LEAL, 2014, p. 41).

Cabível também consignar que, no entendimento de Evans e Vaandering (2018, p. 38), a Justiça Restaurativa na área educacional funda-se em duas crenças centrais, a saber: todos os seres humanos têm valor e todos os seres humanos encontram-se em estágio de interconexão entre si e com o mundo.

Desta feita, enquadradas na área temática *Direitos Humanos e Justiça*, as atividades extensionistas descritas, executadas entre agosto de 2018 e junho de 2019, integraram uma das vertentes de atuação de um grupo de pesquisa e extensão em direito processual penal, registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e foram implementadas em duas escolas públicas de São Luís/MA por uma discente bolsista e três voluntários do Curso de Direito. O projeto foi idealizado e diretamente coordenado por um docente efetivo do quadro de servidores da aludida instituição.

Enfim, compreendendo-se a relevante função social desempenhada pelas universidades públicas brasileiras, a ação extensionista em destaque pretendeu oferecer aos discentes executores formação humanística para além da técnica-jurídica ensinada em sala de aula, com o fito de que pudessem sentir o mundo, questioná-lo, refleti-lo e modificá-lo positivamente. É necessário interagir com a vida extramuros. Portanto, a extensão universitária, em todos os âmbitos, permite que se devolva à sociedade o saber acadêmico, através de intervenções diretas e efetivas em problemas, dilemas e desafios que vida moderna nos impõe.

OBJETIVOS

O objetivo geral do projeto de extensão veiculado era promover a conscientização sobre ideias, técnicas e conceitos atinentes à cultura de paz, à mediação de conflitos, à comunicação não-violenta e à justiça restaurativa nos ambientes escolares eleitos. Visou-se, ademais, ensinar ao público-alvo (estudantes do ensino fundamental e médio) o sadio gerenciamento de suas crises interpessoais e a prevenção de violências vindouras, almejando, por conseguinte, a obtenção de relacionamentos duradouros e pautados em alteridade, concórdia e solidariedade. Tal congruência de objetivos certamente favorecerá a consolidação de espaços sociais permeados por indivíduos com percepções mais democráticas e tolerantes.

METODOLOGIA

O ato inicial do projeto foi, em agosto de 2018, uma reunião entre o orientador e os discentes (selecionados mediante envio de carta de intenção em que deveriam evidenciar interesse e aptidão com a extensão universitária) para explicações sobre o objetivo geral e específicos visados, a metodologia a ser empregada e os resultados esperados. Na ocasião, houve desde já indicação de referências bibliográficas (sobre justiça restaurativa, mediação penal, demodiversidade e cultura de paz propalada pela ONU, que não significa necessariamente ausência de guerras, mas sim verdadeira promoção de respeito à justiça e aos direitos humanos) para as leituras e discussões que serviriam, *a posteriori*, como marcos teóricos das ações implementadas. Inquestionavelmente, uma boa execução extensionista passa antes por uma profunda imersão em pesquisa exploratória. Nesse sentido, acerca de questões metodológicas, o autor Antônio Carlos Gil leciona que

Muitas vezes as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla. Quando o tema escolhido é bastante genérico, tornam-se necessários seu esclarecimento e delimitação, o que exige revisão da literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos. O produto final deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados (GIL, 2008, p. 27).

Dito isto, é pertinente explicar ainda que a Justiça Restaurativa se esteia num procedimento informal, voluntário, consensual e, eminentemente, dialógico em que as partes envolvidas em uma contenda, podem, de maneira colaborativa e voluntária, encontrar soluções restauradoras para a ruptura relacional que houve

(ANDRADE, 2012, p. 335). De modo bastante sintético, o restaurativismo e suas nuances visam endireitar as coisas e resgatar relações desequilibradas por algum delito ou conflito (ZEHR, 2015, p. 54).

Assim, ao passo que investigava melhor acerca das temáticas alvo do projeto, a equipe de trabalho mobilizou-se desde logo para eleger as escolas onde seriam realizadas as atividades propostas. Para isso, alguns fatores foram considerados, tais como: localização, quantidade de alunos matriculados, infraestrutura, necessidade de intervenção, disponibilidade da escola em receber o projeto, vulnerabilidades, histórico de violências, drogadição ou evasão escolar etc. Estes critérios foram levantados através da técnica da observação simples, que apresenta como vantagens, dentre outras, a possibilidade de obtenção de elementos para a definição de problemas e o favorecimento da construção de hipóteses interventivas (GIL, 2008, p. 101). Através do refinamento dos primeiros dados que foram constatados, as ações extensionistas começaram a ser traçadas, com vistas a consecução dos objetivos pretendidos.

Dessa forma, considerando que extensão universitária fecunda é aquela que se aproxima dos problemas sociais com o intento de solvê-los, o Centro de Ensino Paulo VI (situado nas proximidades da Universidade Estadual do Maranhão) e o Centro de Ensino Maria Firmina dos Reis (situado no bairro Cohama da capital São Luís) foram eleitos como espaços interventivos. Na primeira escola mencionada, o trabalho deu-se em três turmas de 1º ano do Ensino Médio, atingindo cerca de 60 alunos (faixa etária de 15 e 16 anos). Por sua vez, no outro ambiente educacional, as ações extensionistas foram desempenhadas em seis turmas vespertinas do 7º ao 9º ano para cerca de 240 discentes (faixa etária de 12 a 15 anos). Estima-se, portanto, que uma média de 300 alunos participaram do projeto em apreço.

Logo em seguida, no mês de outubro de 2018, os discentes deslocaram-se até às escolas escolhidas para apresentar o projeto ao corpo docente das instituições e para conhecer mais profundamente o ambiente, suas demandas e suas rotinas. Este exame prévio permitiu adaptar as metodologias de trabalho às realidades nas quais o público-alvo estava inserido. É pertinente destacar que as ações em cada sala de aula foram bem individualizadas, por isso a necessidade de apurar as carências com a finalidade de atuação incisiva. Certamente desse modo o trabalho alcançaria os resultados a que se propunha.

Após tal diagnose, os discentes, sob supervisão do orientador, passaram a elaborar os materiais expositivos que subsidiariam os encontros com as crianças e adolescentes das duas escolas. Com isso, a partir da teoria, práticas e valores da Justiça Restaurativa, da Cultura de Paz e da Mediação, slides bem coloridos e atrativos foram confeccionados. Neles encontravam-se charges, fotografias, imagens e pequenos textos conceituais que estimulavam boas reflexões e debates com os alunos.

Frise-se que o público-alvo era sempre convidado e instigado a manifestar-se a respeito do que era tratado. Eles foram, de fato, os verdadeiros protagonistas do projeto. Além disso, a linguagem empregada em sala de aula também foi ponto de muita atenção da equipe de trabalho, pois almejava-se que os conteúdos expostos não restassem incompreendidos pelas crianças e adolescentes ante o emprego de termos excessivamente

jurídicos. Deste modo, na perspectiva da arqueologia do saber, da análise do discurso e da utilização da linguagem, os resultados inicialmente pretendidos com projeto foram sendo alcançados e outros não previstos também (FOUCAULT, 2012).

Vídeos curtos e dinâmicas interativas também foram fartamente utilizados durante as ações extensionistas, pois constatou-se que estes métodos fixariam bem os conteúdos abordados oralmente e tornariam os encontros mais dinâmicos e participativos. Nessa linha, a intenção era de que houvesse bastante troca de experiências entre os discentes condutores da extensão e o público-alvo. Ademais, poemas breves sobre racismo, tolerância, respeito ao próximo, alteridade, discriminações múltiplas e empoderamento feminino também foram devidamente tratados com os alunos das duas escolas. Enfim, restou evidenciado que a perspectiva metodológica buscada era de afastar o monoteísmo, através da exploração das diversas potencialidades exequíveis (GAIO *et al.*, 2008, p. 134).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Superadas tais considerações sobre a metodologia empregada para consecução dos objetivos visados, cumpre agora discorrer sobre o efetivo desenvolvimento do projeto de extensão, bem como os resultados das intervenções realizadas.

Os encontros no CE Maria Firmina dos Reis ocorreram durante os meses de março e abril de 2019 (início do ano letivo regular), sempre no turno vespertino às segundas, terças e quartas-feiras, nas dependências da biblioteca recém-reformada da escola, em horários gentilmente cedidos pela docente das disciplinas de Ensino Religioso e Filosofia. As 6 (seis) turmas de 7º ao 9º ano foram contempladas com três encontros de cinquenta minutos cada. De fato, o tempo era exíguo para a densidade e quantidade de conteúdos a serem trabalhados, todavia, a equipe empenhava-se em chegar mais cedo para já montar os equipamentos (projektor de slides, *notebook*, caixa de som) a fim de que houvesse otimização de tempo. Em uma tarde, em geral, duas ou três turmas de alunos acolhiam a aplicação das tarefas extensionistas ora narradas.

O primeiro encontro em cada turma era destinado a um breve prelúdio sobre os objetivos do projeto e apresentação das discentes. Em seguida, abordavam-se temáticas referentes aos conflitos, à mediação e à importância do diálogo para dirimir conflitos eventualmente surgidos no desenrolar da vida. Discutia-se sobre a dimensão socio-natural dos embates humanos e as estratégias utilizadas para sua saudável resolução, desestimulando-se, dessa forma, o uso da força ou de qualquer outro poder subversivo. Nestes termos, fora exposto que o outro não se trata de um inimigo que deve ser aniquilado, mas que pode ser vislumbrado, considerando as limitações de cada indivíduo, como um importante complemento relacional. Precisamos, então, atentar para aquilo que nos une e não para o que nos separa.

Sequencialmente, a mediação era apresentada como método voluntário, cooperativo e comunicacional apto a dirimir querelas entre pessoas, através da intervenção de terceiro alheio à disputa. Nesse ponto, questionava-se aos alunos se eles costumavam escutar com sensibilidade, atenção e paciência a fala do outro e se eram

capazes de, no cotidiano, exercitarem a alteridade. Além disso, charges e imagens colaboravam com tais reflexões e debates, auxiliando no processo de absorção do saber. Ao final, uma animação curta era exibida e pedia-se que explicassem o conteúdo trabalhado.

O segundo encontro em cada uma das turmas, que geralmente ocorreria apenas na semana seguinte ao início, almejava debater sobre os conceitos, ações e práticas inerentes à Justiça Restaurativa e a positividade de sua instauração progressiva no seio social. Na ocasião, explicava-se aos discentes que tal paradigma, visava, através de intenso diálogo e de negociação justa entre os contendores, a reconstrução de laços relacionais desestabilizados outrora.

Os envolvidos, portanto, eram convidados a assumir com o seu semelhante o compromisso de responsabilização reparatória (emocional e material) diante de desavenças. Destarte, depreendia-se com os jovens alunos que a JR, diametralmente oposta ao modelo punitivo que hoje vige, possui singular rosto humano e caráter desburocratizado e sensível (LEAL, 2014, p. 41). Justamente nessa linha intelectual, continua César Barros Leal, um dos marcos teóricos para incontáveis discussões, expressando que na Justiça Restaurativa

[...] fazemos referência a uma prática de justiça muito diferente dos padrões ordinários de justiça penal, esta de corte nitidamente dissuasório, retributivo-punitivo, baseada no excesso de formalismos, na estrita legalidade e uma relação traumática, adversarial, por vezes hostil, marcada pelo distanciamento, cujos atos principais são estatais (LEAL, 2014, p.50).

No mais, o fenômeno *bullying* (consistente em atos vexatórios e humilhantes proferidos contra alguém), suas repercussões e formas preventivas também eram objeto de discussões entre a equipe de trabalho e os discentes das instituições. Alguns alunos relataram situações de discriminações que vivenciaram na escola e em outros espaços sociais e os modos como as encararam.

Desta forma, ancorada na premissa de que devemos perceber o outro como semelhante, a equipe de trabalho evidenciava que era possível gerar unidade na diversidade, pois somos seres relacionais e o respeito à subjetividade de cada um deve imperar em todos os aspectos. Ressaltava-se também que práticas discriminatórias são passíveis de punição em âmbito penal.

Ademais, discursos que tendiam para o lado das violências, da intolerância e do desrespeito também, por vezes, eram externados, entretanto, logo cuidava-se de demonstrar o caráter deletério de tais falas e ações, desestimulando os educandos. Nessa vertente, é factível afirmar que conflitos não gerenciados tendem a ser tornar violências experimentadas e reproduzidas posteriormente.

Um momento marcante ocorrido durante o projeto consistiu naquele em que um aluno do 7º ano do ensino fundamental ficou extremamente emocionado com as falas dos extensionistas, pois ele havia passado por circunstâncias recentes de grave violência em âmbito familiar. Contudo, a equipe de trabalho, que já havia cogitado em reuniões que situações como aquelas poderiam concretizar-se ante a delicadeza dos assuntos e a grande vulnerabilidade social na qual o público-alvo estava inserido, retirou o jovem de sala para que ele recebesse um

amparo mais qualificado. Outros docentes da instituição foram chamados para intervir e conversar com aluno e, ao final, ele acalmou-se e pode retornar ao encontro.

Por fim, o terceiro encontro voltava-se a argumentar sobre a importância de práticas fraternas, pluralistas e solidárias em nosso meio. Assim, refletia-se, de modo aguerrido, sobre tolerância, respeito às liberdades públicas e esperava-se criar naquele ambiente escolar uma verdadeira e concreta cultura de paz. Utilizando-se como personagens centrais os conhecidos super-heróis das grandes produções cinematográficas, almejava-se evidenciar que somos seres feitos de potencialidades e de limitações também, ocasião em que se reforçava a importância de manutenção de laços harmônicos de convivência.

Ao final, em tom de despedida e encerrando o projeto em cada uma das turmas, marca-textos com a mensagem “*Empatia é o laço invisível que nos une*” e bombons sortidos eram distribuídos, cuja intencionalidade consistia em externar os agradecimentos da equipe de trabalho pela enriquecedora vivência propiciada durante as atividades. O desígnio, portanto, era gerar nos alunos das duas instituições de ensino básico novas mentalidades, práticas e discursos, com o fito de romper com o recorrente ciclo da violência e torná-los indivíduos multiplicadores de saberes.

O Centro de Ensino Paulo VI, por seu turno, também acolheu o projeto “Mediação de Conflitos, Justiça Restaurativa e Cultura e paz em pauta no ambiente escolar” nos meses de maio e junho de 2019. A professora de Sociologia das turmas de 1º ano do Ensino Médio, de modo muito gentil e acessível, concordou em dispor de seus horários em terças-feiras alternadas, a fim de que as ações fossem implementadas. Portanto, a cada quinze dias, no turno vespertino, a equipe de trabalho dirigia-se a tal escola com o fito de desenvolver as atividades previstas no projeto e colaborar na formação de cidadãos mais tolerantes, inclusivos e propensos ao diálogo ante às divergências surgidas.

No geral, a programação e os conteúdos tratados foram os mesmos efetivados na escola anterior. Contudo, algumas adaptações se mostraram necessárias, haja vista a infraestrutura apresentar-se mais deficitária (praticamente não havia equipamentos multimídias na instituição). Além disso, a idade do público alvo também aumentou em relação aos discentes antecessores, razão pela qual exigia-se trato diferenciado na abordagem das temáticas. Assim, como não havia projetor de *slides* facilmente disponível para uso, a equipe de trabalho optou por fazer apostilas impressas para cada um dos alunos. Deste modo, não haveria perda dos conteúdos.

Outro ponto positivo, evidenciando a ausência de adoção de rigidez metodológica, foi a possibilidade de, nas turmas de ensino médio, de acordo com as peculiaridades locais, poder-se travar algumas discussões mais profundas e polêmicas que não estavam no planejamento originário e que contaram com a pertinente intervenção da professora de Sociologia e dos estagiários da licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) que lá se encontravam. Entretanto, registre-se que ao tocar em tais pontos, de maneira acautelada, considerava-se sempre que o público-alvo era composto por pessoas que estavam em estágio de maturação progressiva de ideias, de caráter e de personalidade.

Por derradeiro, apresentamos nas linhas seguintes os principais resultados apurados durante os quase trinta encontros havidos em nove turmas e que impactaram, aproximadamente, trezentos alunos durante a realização do projeto, em 2018 e 2019.

O primeiro impacto positivo apurado foi a maior expressão dos alunos ao longo dos debates. Conforme sentiam-se atraídos pela discussão, diversas pessoas pediam a palavra para manifestar alguma experiência pretérita ou percepção atual. As ações extensionistas estimularam, pois, o raciocínio crítico e a troca de experiências sobre pautas necessárias. É preciso pensar, constantemente, a realidade em que nos inserimos.

Ademais, notou-se também que muitos discentes já não mais reproduziam os discursos alusivos às violências socioestruturais de outrora, em razão de haverem percebido a relevância de métodos mais fraternos, generosos e moderados de gerir os conflitos surgidos. Ou seja, a extensão ofertou aos partícipes novas referências teóricas para pensar sobre temáticas contemporâneas, colaborando para que se tornem sujeitos posicionados socialmente. Portanto, a vida pode sim transbordar em diálogo e fraternidade nos relacionamentos, mas para isso as pessoas devem ser educadas, concretamente, para a paz e para a empatia já nas idades iniciais.

O terceiro impacto diz respeito ao relato posterior de professores de que houve melhoria de comportamento de alguns discentes que eram conhecidos por constante agitação em sala de aula, pois compreenderam a indispensabilidade de meios pacíficos amenizadores de controvérsias. Interessante destacar o episódio em que uma aluna permaneceu em sala de aula, durante seu intervalo recreativo, para copiar todo o conteúdo dos slides apresentados, a fim de repassá-lo aos seus familiares e vizinhos. Assim, afere-se que o propósito de popularização das ideias principais da extensão estava se concretizando, já que os discentes estavam se dispondo, de maneira espontânea, a intervir efetivamente em suas realidades.

Por último, aponta-se como verificado o positivo fato de que diversos alunos despertaram, por meio das ações extensionistas, para a educação pública superior, pois demonstraram muito interesse em conhecer melhor sobre os processos de admissão, os cursos superiores e a vida acadêmica das universidades.

Enfim, a extensão é prova de que a universidade não pode quedar-se inerte ou alienada, pois constitui-se como importante espaço para a formação acadêmica. Ou seja, ao mesmo tempo em que se criam estratégias intervencionistas diante de um problema social constatado, novas mentalidades surgem, ladeadas em ideias de discernimento e responsabilidade, tanto nos alunos extensionistas quanto no seu público-alvo. Sendo, portanto, a extensão universitária uma frutuosa forma de contato e de aproximação com o mundo, para além dos formalismos das salas de aula, permite-se aos alunos que a experimentam o constante desenvolvimento de olhar multidimensional sobre os fenômenos cotidianos e a aprendizagem transdisciplinar relevante para o futuro profissional.

CONCLUSÕES

Tomando em consideração que urgia falar sobre novos paradigmas diante das diversas crises modernamente vivenciadas, de maneira conclusiva, é possível afirmar que os resultados obtidos com o inovador

projeto de extensão foram satisfatórios. Apura-se que os objetivos principais foram atingidos com bastante êxito por intermédio das metodologias empregadas, norteadas sempre por um discurso de respeito absoluto ao pluralismo cultural, étnico, religioso, normativo e aos direitos humanos.

O propósito era, de fato, ajudar os educandos a construir estratégias praticáveis de enfrentamento aos conflitos sociais naturalmente surgidos. Nessa senda, através da ação extensionista, foi possível fomentar, em escolas públicas de São Luís, capital do Maranhão, práticas cidadãs e dialogais, colaborando na necessária difusão da justiça restaurativa e da mediação de conflitos. Em verdade, com a discussão enfática de pautas como estas é possível construir uma sociedade harmônica, emancipada e que saiba, através da tolerância e do consenso, gerir suas crises interpessoais.

AGRADECIMENTOS

A autora agradece à Universidade Estadual do Maranhão e à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis pela concessão de bolsa (Edital nº003/2018), durante o período de 12 meses, que possibilitou o desenvolvimento das atividades. Agradece ainda aos organizadores da 12ª Jornada de Extensão Universitária da UEMA, onde os resultados finais foram publicizados. Por derradeiro, a autora endereça especial deferência ao corpo discente e docente das escolas que acolheram este projeto em 2019.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pelas mãos da criminologia: O controle penal para além da (des)ilusão*. Rio de Janeiro: Revan, CIC, 2012.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. São Paulo: Zahar, 2005.

EVANS, Katherine; VAANDERING, Dorothy. *Justiça Restaurativa na Educação*. São Paulo: Palas Athena, 2018. Tradução de Tônia Van Acker.

FOUCAULT, Michael. *A arqueologia do saber*. São Paulo: GEN, 2012.

GAIO, Roberta Cortez; CARVALHO, Roberto Brito de; SIMÕES, Regina. *Métodos e técnicas de pesquisa: a metodologia em questão*. In: GAIO, Roberta Cortez. (org.). *Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento*. Vozes: Petrópolis, 2008.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEAL, César Barros. *Justiça Restaurativa: Amanhecer de uma Era*. Curitiba: Juruá, 2014.

ZEHR, Howard. *Justiça Restaurativa: Teoria e Prática*. São Paulo: Palas Athena, 2015.

Submetido em: 23/07/2020 Aceito em: 1º/10/2020